



Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 CEP: 87160-000

PABX/FAX (44) 3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br adm@mandaguacu.pr.gov.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 09 DE JANEIRO DE 2026.

Fixa interpretação da Fazenda Pública Municipal acerca da amplitude da dedução da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS no âmbito dos serviços de construção civil.

CONSIDERANDO as decisões reiteradas da 1ª e da 2ª Turmas, bem como da Corte Especial, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a matéria, consubstanciadas, inclusive, na Súmula nº 167 do referido Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de dar publicidade a mudança de entendimento interpretativo quanto à amplitude da dedução da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no âmbito dos serviços de construção civil referidos no inciso II do § 1º do art. 4º da Lei Ordinária nº 1.343, de 17 de dezembro de 2003, que passou a complementar o art. 188 da Lei Ordinária nº 1.247, de 24 de dezembro de 2001, para fins de adequação à jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (STJ);

RESOLVE:

Art. 1º A dedução do valor dos materiais, para efeito de não incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS), nos termos do art. 4º, inciso II, dos itens 7.02 e 7.05 do Anexo I da Lei Municipal nº 1.343, de 17 de dezembro de 2003, aplica-se exclusivamente aos materiais que atendam, de forma cumulativa, aos seguintes requisitos:

I – Sejam agregados de forma permanente à obra;

II – sejam produzidos pelo próprio prestador dos serviços, fora do local da obra; e

III – sejam por ele comercializados de forma destacada, com a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Art. 2º Não se aplica ao contribuinte prestador dos serviços a que se refere o art. 1º o regime presumido de dedução de materiais, relativamente aos materiais que:

I – Não sejam agregados de forma permanente à obra;

II – não sejam produzidos pelo próprio prestador fora do local da obra; ou

III – não sejam comercializados com destaque da incidência do ICMS.

Parágrafo único. O regime presumido de dedução de materiais referido no art. 1º, para fins de não incidência do ISS, deverá ser previamente solicitado pelo contribuinte e expressamente autorizado pela Fazenda Pública Municipal.

Art. 3º Esta Instrução Normativa, de caráter interpretativo, é impositiva e vinculante para os contribuintes e para os órgãos hierarquicamente subordinados a esta Secretaria, produzindo efeitos exclusivamente em relação aos fatos geradores ocorridos após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

José Augusto Araujo
Secretário de Fazenda

Publicado no Órgão Oficial do Município	
4004	Edição
de 11 / 01	26
Secretário	03